

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA

1910

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA Nº 6

1910

MARIA ALICE SAMARA

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXIX

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada volume, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2019, PÚBLICO Comunicação Social SA
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO
Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312
Email: colecoes@publico.pt
loja online: www.loja.publico.pt
www.publico.pt

TINTA-DA-CHINA
Rua Francisco Ferrer, 6A,
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28 | 29 | 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Portugal, uma retrospectiva: 1910* (vol. 6)
Direcção: Rui Tavares
Autora: Maria Alice Samara
Revisão: GoodSpell
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)
a partir de bilhete-postal retratando
a heroína Amélia Santos (colecção privada de António Ventura)
Imagens: página 55, Wikimedia Commons;
página 59, ed. José Joaquim dos Santos,
colecção privada de António Ventura; página 70, A. Quaresma,
ed. A Ilustradora, colecção privada de António Ventura;
página 88, ed. A Editora, colecção privada de António Ventura

1.ª edição: Julho de 2019

ISBN 5602227309529-00006
Depósito Legal 457379/19

1910 é o ano em que se extingue uma monarquia com praticamente oitocentos anos de história e nasce em seu lugar a República Portuguesa, um dos raros regimes deste género na Europa do seu tempo. Portugal será pois a terceira república moderna da Europa, logo após a França e a Suíça. Mas terá a vitória da República sido inevitável? Talvez não, se considerarmos que alguns dos próprios líderes republicanos davam a revolução por perdida a 4 de outubro de 1910, véspera do dia que agora comemoramos como sendo o da Implantação da República. Maria Alice Samara acompanha neste volume as vicissitudes de um ano saturado de história, numa Europa que, não o sabendo ainda, se aproximava a passos largos da Primeira Guerra Mundial, e apresenta-nos à complexa dinâmica social daquela Portugal de início de século, feito não apenas de republicanos e monárquicos, anticlericais e católicos, mas também de operários e anarquistas, de feministas e novas classes urbanas, de sociedades secretas e até de autores tentando fazer nascer um incipiente movimento negro. A República durará apenas 16 anos de grande convulsão nacional e maior convulsão europeia, mas também de uma enorme explosão de criatividade política, social e cultural, que encontramos neste volume com toda a sua abundância.

Se é certo que esse grande dinamismo social e cultural se dá sob um pano de fundo de profundas divergências políticas, não é menos certo que ele tem de assentar na fundação de uma assinalável coesão enquanto identidade coletiva «nacional», incrementalmente

alcançada ao longo dos séculos, sem a qual não se poderia dar uma transição bem-sucedida de reino para república. Efetivamente, tal transição só pode ocorrer quando o conteúdo (neste caso, Portugal) já é mais forte do que a forma (reino ou república), o que presumivelmente não ocorreria na Europa medieval, quando os reinos morriam com os reis e as dinastias que os estruturavam. É impossível identificar um momento em que essa consolidação de uma narrativa comum se dá para o caso português, mas o certo é que todos os volumes desta coleção nos possibilitam meditar sobre a interligação entre os «tempos curtos» e os «tempos longos» na história. E se 1910 é um daqueles típicos anos revolucionários que fazem a delícia de historiadores (e leitores) pela sucessão de acontecimentos no «tempo curto» da história política, a verdade é que a janela da implantação da República nos permite também entrever algumas tendências de fundo do «tempo longo» na história de Portugal.

Sem ser exaustivo, é importante notar que a coesão cultural e identitária de que atrás se falava (e que a República intensificou e promoveu, criando novos símbolos nacionais, nova bandeira, novo hino) se limitava ao espaço da «metrópole» imperial e, eventualmente, de algumas elites coloniais. Tudo o resto estava então em devir. A República redobrou os esforços nessa empresa de ocupação colonial, sobretudo em África, que era essencial para a sua legitimação perante uma «monarquia dos Braganças» julgada débil na defesa dos interesses coloniais portugueses, numa fase de competição global entre impérios (dominada pelo britânico, concorrendo com o francês, o holandês e outros). Mas a República Portuguesa nasceu também numa época em que os impérios eram ainda predominantes na própria Europa, metade da qual estava sob o domínio dos impérios germânico, austro-húngaro, russo e otomano. Oito anos depois, a meio da idade de vida da Primeira República, todos estes impérios desapareceram, dando origem a uma dezena de países novos na Europa e outros tantos no Médio Oriente. A Primeira


Guerra Mundial pôs também fim à globalização de finais de século XIX, uma era de tão forte integração económica, comunicacional e cultural global como só se voltou a viver no fim do século XX. A Primeira República pereceu no grande colapso do estado de direito e das democracias que se verificou na Europa entre as duas guerras. Mas a República Portuguesa, incluindo as suas colónias, acabou por sobreviver bastante intacta a estas grandes transformações europeias e mundiais.

No meio de todos esses grandes acontecimentos, como era a vida quotidiana das pessoas comuns? Quem eram os portugueses, quantos eram, como viviam e como se viam a si mesmos? São essas as perguntas a que Maria Alice Samara responde neste volume dedicado a 1910 e à República que então nasceu.

—RUI TAVARES

ÍNDICE

1	O que eram Portugal e os portugueses em 1910? —————	11
	<i>Crise e regeneração</i> —————	24
2	Portugal no mundo em 1910 —————	27
3	O ano de 1910 —————	35
	<i>O 5 de Outubro de 1910</i> —————	53
	<i>Variações sobre o tema República</i> —————	76
4	Ferramentas para fazer a história de 1910 e da Primeira República —————	80
	<i>As fontes sobre a Revolução de 1910</i> —————	86
5	Escrever a República: tendências historiográficas —————	90
	Cronologias —————	94
	Notas —————	100
	Bibliografia —————	101
	Nota biográfica —————	103



O QUE ERAM PORTUGAL E OS PORTUGUESES EM 1910?

Não é tarefa fácil traçar uma imagem do que eram Portugal e os portugueses no início do século XX. Na verdade, uma simplificação dessa tarefa pode levar o historiador a fixar-se em algumas tendências gerais e genéricas, pelo que é fundamental ter sempre presente a complexidade e a heterogeneidade deste período histórico, como de todos. A leitura que aqui propomos decorre tanto do trabalho de investigação realizado, designadamente sobre um conjunto significativo de autores que se dedicaram a este período, como da forma como o nosso presente interroga aquele passado.

Começamos, então, por analisar o modo como o poder procurou conhecer a população e as suas dinâmicas. Os Censos, na sua versão moderna — realizados em Portugal a partir de 1864, segundo os preceitos do Congresso Internacional de Estatística — serviam para que o Estado pudesse contar e classificar os indivíduos que se encontravam no seu território e colocavam as perguntas consideradas fundamentais, articulando-as em categorias que se queriam universais e científicas. Levar a cabo esta iniciativa, reconhecendo a importância das condições vitais da população, era considerado um dos indicadores do grau de civilização de um país.

Através dos Censos, podemos construir uma primeira imagem sobre os portugueses. A primeira questão que se impunha era saber quantas pessoas eram consideradas como portugueses.

De acordo com o *Censo da população de Portugal em 1911* (deveria dizer respeito a 1910, mas, devido às mudanças políticas, realizou-se apenas no ano seguinte), o número de recenseados era de quase seis milhões (5 960 056 — continente e ilhas), o que, apesar da corrente emigratória, significava um aumento da população relativamente a 1864. No entanto, por comparação com os outros países europeus, este crescimento não é significativo. Em 1911, os portugueses eram mais mulheres do que homens ou, como se dizia no Censo, mais «fêmeas» do que «varões», devido ao facto de os homens morrerem e emigrarem mais.

Aquando da análise dos números relativos à população, tornava-se importante refletir sobre a questão da emigração, nomeadamente a emigração clandestina. O fluxo migratório transatlântico, da Europa para a América, é uma das características deste período, e não apenas de Portugal. No caso português, esta corrente visava sobretudo o Brasil — agora independente, mas que se constituía ainda como território associado à riqueza. Os que regressaram a Portugal depois de abertas as portas da fortuna, os «brasileiros de torna viagem», reacenderam as esperanças da desejada melhoria de vida. O fluxo migratório, essa sangria de homens, permitia, contudo, num movimento de sentido contrário, que as remessas dos emigrantes contribuíssem para as finanças do Estado.

No que à instrução diz respeito, apesar de alguma melhoria a partir de 1890, Portugal encontrava-se em condições de grande inferioridade em relação a outros países da Europa. De acordo com os números do citado Censo de 1911, a percentagem total de analfabetos, sem distinção de sexo, era de 75,1 por cento. No entanto, há uma importante distinção de género a ser feita, já que a percentagem é de 68,4 por cento no caso dos homens e de 81,2 por cento no caso das mulheres (a única exceção a este quadro são as ilhas). Excluindo as crianças até aos 7 anos, estas percenta-

gens diminuam, mantendo, contudo, a diferença entre homens e mulheres (60,8 por cento no caso dos homens e 77,4 por cento no caso das mulheres). As grandes cidades, Lisboa e Porto, apresentavam números diferentes (30,5 por cento para o caso dos homens e 36,2 por cento para as mulheres). Ou seja, em Portugal existia esta clivagem — que também tinha por base um profundo preconceito em relação à educação feminina — entre homens e mulheres, entre o Portugal urbano e o rural, e — não nos diz o Censo, mas podemos acrescentar — entre quem tinha os meios necessários, no quadro da economia familiar, para estudar e quem não os tinha. O analfabetismo seria, aliás, uma das grandes fragilidades da sociedade portuguesa em pleno século XX.

A população portuguesa era essencialmente jovem. De acordo com as classificações do Censo, as crianças (até aos 15 anos) constituíam 34,3 por cento da população, e o denominado elemento produtivo da população (dos 15 aos 60) representava 56,2 por cento. Assim, menos de dez por cento da população tinha mais de 60 anos. Quando comparada a população ativa portuguesa com a de outros países europeus, mais uma vez se consolida a hipótese de uma relativa sangria devido à emigração.

Se pensarmos Portugal em relação com os países europeus desenvolvidos, podemos caracterizá-lo como atrasado e periférico — e aqui o significado não é geográfico, mas comparativo. Se a comparação for feita com outros espaços, a posição de Portugal e a forma como este era visto podiam ser apresentadas de modo distinto. Apesar das clivagens intraeuropeias, Portugal fazia parte do mundo ocidental, que se cria, e assim o afirmava, civilizado e moderno — ou, de forma mais concisa, superior.

Pequeno país europeu, Portugal tinha um vasto império colonial: os territórios africanos (Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) e a presença no que se entendia ser o «Oriente» (Índia, Macau, Timor). Boaventura de Sousa

Santos argumentou que Portugal, «como país semiperiférico, foi ele próprio, durante longo período, um país dependente — em certos momentos quase uma ‘colónia informal’ — da Inglaterra»¹. Esta dependência também se media pela necessidade de recurso aos empréstimos externos, aliás fortemente comprometido depois da bancarrota do final de século XIX (1892).

Constava, à época, que D. Carlos I considerava que o país era uma «piolheira». De grande utilidade para a propaganda republicana, isso passava a ideia de que o rei desprezava o país. Independentemente de o ter afirmado ou não, o certo é que existia essa sensação, partilhada aliás por muitos intelectuais, da clivagem entre Portugal e a Europa, pelos menos a Europa desenvolvida.

Na denominada «era do Império» (1875-1914) — para retomar um conceito do historiador Eric Hobsbawm — e da partilha de África, Portugal, que perdera o Brasil no início do século XIX, mantinha territórios naquele continente. À semelhança do que se passava com outros países europeus, Portugal organizava expedições coloniais nas quais os interesses científicos se cruzavam com os projetos de domínio e exploração do continente africano. São estes os tempos das campanhas de pacificação, que procuravam submeter as populações, tantas vezes referidas de forma vaga como «indígenas», das quais emergiu, heroicizado, um conjunto de militares africanistas. Aliás, as ruas de várias cidades portuguesas ainda ostentam nomes de exploradores e militares, como Capelo e Ivens, Vítor Cordon, António Maria Cardoso, Alves Roçadas ou Mouzinho de Albuquerque.

Na verdade, não estava seguro o domínio português sobre os territórios africanos que considerava seus. A Conferência de Berlim (1884-1885), reunião das potências europeias, estabeleceu uma nova forma de pensar o direito colonial, determinando a ocupação efetiva em detrimento do direito histórico. Neste novo

contexto político internacional, Portugal procuraria redefinir a sua política, bem como a presença em África. O sonho imperial materializou-se no projeto de Barros Gomes, apresentado em 1886, de ocupar territórios de Angola a Moçambique — tratava-se do famoso «Mapa Cor-de-Rosa».

Contudo, a Inglaterra opunha-se a este projeto português, que interferia com os seus próprios interesses em África, e fez um ultimato em que impôs a Portugal que retirasse dos territórios entre as colónias de Angola e Moçambique. O Ultimato inglês de 1890 abriu uma crise política, habilmente capitalizada pelo movimento republicano. Os republicanos conseguiram associar, no contexto do Ultimato, a crítica da monarquia aos protestos patrióticos. Os tempos favoreciam e acentuavam uma postura aguerrida e combativa de uma geração de republicanos, muitos dos quais estariam no poder depois da implantação da República. Foi nesta altura que António José de Almeida, que seria um dos mais importantes líderes republicanos, escreveu o artigo de crítica ao rei, *Bragança, o último* (1890), que lhe custou três meses de prisão.

Mas, além da crise política, há outra questão importante que é preciso referir sobre este contexto: a indignação pública, os protestos públicos e a opinião publicada — ou a «profunda crise política e identitária», como lhe chama Fernando Rosas — demonstram que a identidade nacional se construía com base na ideia da legitimidade da posse dos territórios coloniais. Dito de outra forma, a imagem de um império colonial era consensual e hegemónica na sociedade portuguesa, sendo questionada apenas por um pequeno grupo anarquista. O colonialismo entretecia-se com o republicanismo, sem que a legitimidade portuguesa fosse posta em causa.

Aliás, os argumentos da necessidade de defesa das colónias, da legitimidade de intervenção na frente africana e da sua aceitação

pela sociedade portuguesa subsistem na conjuntura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o que confirma a importância do imaginário colonial (e a sua crescente relevância económica, ao longo do século XX) enquanto peça constitutiva da identidade nacional.

A indignação face à velha aliada e a ideia de humilhação nacional, ou seja, de relação desigual entre países, também nos dizem muito sobre a perceção da clivagem entre Inglaterra, a grande potência, e Portugal. De acordo com os intervencionistas — aqueles que defendiam a participação de Portugal na Primeira Guerra —, era importante que Portugal surgisse na arena política internacional em pé de igualdade com a Inglaterra. Como afirmou António José de Almeida, na qualidade de presidente do Ministério, no Congresso da República, em 7 de agosto de 1916, era fundamental que Portugal estivesse «ombro a ombro com a Inglaterra». A aliança deveria significar a igualdade — a possível — entre ambos os países.

Mas, neste caso, a visibilidade negativa de Portugal na cena internacional, e concretamente em relação à questão colonial, dizia respeito à campanha contra as formas de contratação dos trabalhadores de São Tomé e à denúncia das condições de trabalho nas roças de cacau, bastante difundida por William Cadbury — a chamada «campanha dos chocolateiros». Esta campanha, que durou até à Primeira Guerra Mundial — e não obstante os putativos interesses não filantrópicos que a ela se poderiam associar —, expôs a violência daquelas práticas laborais, condenadas igualmente por associações britânicas antiesclavagistas, e que punham em causa a ideia da bondade do poder português em África.

Com vastos territórios coloniais, Portugal era ainda um país essencialmente rural — *grosso modo*, com a propriedade dividida a norte e o latifúndio a sul —, característica que manteve até à segunda metade do século XX. Aliás, segundo António José Telo:

A maioria do mundo rural vivia ao nível da subsistência, numa quase autossuficiência, com uma pequena interferência do mercado ou dos valores monetários. Era um mundo próprio, baseado nos valores tradicionais, muito marcado pela Igreja Católica, onde as instituições do Antigo Regime ainda tinham grande peso, apesar de não terem existência legal.²

Não obstante o atraso da situação portuguesa em relação aos países desenvolvidos da Europa, é preciso lembrar que o mundo rural tinha ainda um peso significativo no continente — pense-se no mundo camponês da Rússia dos czares.

A Igreja Católica mantinha um papel e uma importância centrais na sociedade portuguesa quer através do seu evidente papel religioso, quer, por exemplo, no ensino e nas sociabilidades (na festa, entre o sagrado e o profano).

O pontificado de Pio X repudiava as doutrinas modernistas. De acordo com Vítor Neto, apesar de nos últimos anos da monarquia se ter assistido à «secularização crescente da sociedade, especialmente nos meios urbanos do litoral, e a um recuo da influência do catolicismo», «99,8 por cento da população ainda se declarava católica, embora a prática religiosa fosse diminuta, sobretudo a sul do rio Tejo»³. Ou seja, podemos distinguir diferentes atitudes no que à crença e à prática dizem respeito entre o norte e o sul do país, e entre o mundo rural e os territórios urbanos. A maioria da população identificava-se como católica, mas não se pode negar o dinamismo do anticlericalismo e do livre-pensamento. Havia uma ideia de modernização que implicava necessariamente a separação entre estas duas esferas, ou seja, entre a Igreja e a religião, e o Estado e o mundo da política.

Parece fácil afirmar que, em 1910, muito separava os que viviam numa pequena vila ou aldeia daqueles que se encontravam nas grandes cidades portuguesas. Mas, de facto, nestes

espaços não existia homogeneidade, antes uma pluralidade de circunstâncias, atravessadas pelas diferenças de género, etnia e classe. E mesmo dentro da cidade, era necessário reconhecer a desigualdade dos seus territórios: entre a cidade cosmopolita e iluminada, sinal da modernidade, e a cidade pobre, sombria, sem condições de vida. Entre o Chiado e a Baixa pombalina e bairros como a Mouraria, Alfama ou Alcântara existia um mundo de diferenças.

A partir do final do século XIX, a sociedade portuguesa começou a transformar-se por ação conjunta de um modesto surto de industrialização, da urbanização e da terciarização. As paulatinas transformações económicas mudavam o país e a sociedade, trazendo para a arena política novos atores, nomeadamente o trabalhador industrial, o proletário, e também a pequena e a média burguesias.

Um dos efeitos da terciarização, com o aumento dos trabalhadores nos serviços e no comércio, foi a ascensão e a multiplicação dos «trabalhadores de colarinho branco», que permitiu a diferenciação entre a classe média e os trabalhadores da indústria. Sociologicamente, formavam dois grupos distintos, tendo, por isso, expectativas relativamente diferentes, apesar de fazerem parte de um vasto caudal que queria tomar o seu lugar na cidade política do início do século XX. Da pequena burguesia aos profissionais liberais, todos queriam ter uma voz pública e política. Muitos deles defendiam a ideia de mérito, valor que lhes devia permitir aceder quer à mobilidade social ascendente, quer ao direito a um papel mais ativo na cidadania política.

Estas novas forças políticas e sociais, que se viam excluídas do acesso ao poder num Estado liberal, elitista e oligárquico, foram as protagonistas de uma luta entre o velho e o novo, isto é, entre a elite tradicional e as novas classes urbanas, a par dos trabalhadores, sobretudo os industriais. Assim, novas questões

começavam a surgir e a impor-se no espaço público: a política e a social.

Se, inicialmente, o regime constitucional monárquico abriu a cidade política, no final do século XIX, assistimos à restrição do corpo eleitoral. De qualquer forma, era voz comum que quem ia a votos ganhava as eleições. Em agosto de 1901 foi publicado um decreto eleitoral, que foi denominado «ignóbil porcaria» — expressão que não deixa margem para dúvidas sobre a sua receção junto, pelo menos em parte, dos agentes políticos coevos. O desenho dos círculos eleitorais plurinominais diluía os votos de Lisboa e Porto através da inserção das zonas rurais circundantes. A título de exemplo: Lisboa, no seu círculo ocidental, incluía o 3.º e 4.º bairros (Cascais, Sintra, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras), ou seja, prejudicava os republicanos e o seu voto maioritariamente urbano, ou ainda o partido do monárquico João Franco. Se entre os novos atores políticos se encontravam aqueles que constituíam a base do republicanismo, nomeadamente a pequena e média burguesia urbana, a legislação eleitoral não facilitava o seu crescimento.

Quem podia votar em Portugal no início do século XX? De acordo com a lei eleitoral de Hintze Ribeiro, datada de 8 de agosto de 1901 (publicada em *Diário do Governo* a 12 de agosto), eram eleitores os cidadãos portugueses, maiores de 21 anos, domiciliados em território nacional, que fossem coletados em verba não inferior a 500 réis de uma ou mais contribuições diretas ao Estado, ou que soubessem ler e escrever. De entre aqueles que não podiam ser eleitores contavam-se os interditos, os falidos não reabilitados, os indiciados por despacho de pronúncia transitado em julgado, os incapazes para eleger por sentença penal, os condenados por vadios (nos cinco anos subsequentes à condenação), os indigentes, os que não tinham meios de vida conhecidos, os que se entregavam à mendicidade, os que recebessem algum tipo

de subsídio, os criados de galão branco da Casa Real, os criados de servir, os praças de pré do exército e da armada, e os assalariados dos estabelecimentos fabris do Estado.

Além da possibilidade de voto, podemos refletir igualmente sobre a questão da representatividade. No início do século XX, o campo político-partidário monárquico dava voz a uma parte da sociedade, mas outros sujeitos políticos procuravam ter voz na cidade. Em 1875 foi fundado o Partido Socialista, e em 1876, o Partido Republicano Português, que, apesar de ter mantido essa designação, chegou ao 5 de Outubro de 1910 obviamente diferente do que era aquando da sua fundação. De acordo com Fernando Rosas, tratava-se da contestação dos «de baixo».

Nesta sociedade que começava a mudar, o republicanismo desenhava um projeto de futuro que, paralelamente, respondia às transformações do presente. Era, assim, uma das alternativas pensadas ao liberalismo de feição monárquica, defendendo a necessidade de reformar a sociedade, moralizar a administração, libertar a sociedade do peso da Igreja Católica e regenerar a pátria, para a fazer trilhar o caminho que se desejava de ordem, progresso e fomento.

O republicanismo era uma reação *moderna*, a nível intelectual e de cultura política, ao mal-estar de *fim de século*, a uma ideia persistente e arreigada no campo político de absoluta necessidade de corrigir a *res publica*. Os republicanos entendiam-se a si próprios e falavam de si próprios como os representantes do *povo*, conceito fluido e vago, excluído da arena política, o que, no seu entender, lhes conferia legitimidade.

Se esta questão — a luta pelo acesso à cidade política — se constituía como definidora deste período entre o final do século XIX e o início do século XX, também a problemática social é outro dos eixos que merecem ser analisados. Recuperemos a imagem daqueles que iam para a cidade à procura de melhores

condições de vida, mas que não conseguiram: os que trabalhavam longuíssimas jornadas de trabalho e viviam nos pátios de Lisboa, nas vilas operárias ou nas ilhas do Porto. A cidade era o local onde se procurava a tão desejada melhoria de vida e, igualmente, o local da possível politização.

Quando falamos em indústria portuguesa, referimo-nos a um setor não maioritário e que encerra uma pluralidade de situações. Encontramos, frequentemente, a pequena oficina, e, numa escala maior e menos comum, a grande unidade fabril. A heterogeneidade também caracteriza a classe operária, num espectro que vai do artesão ao proletário, ao trabalhador fabril. A implantação de oficinas e indústrias não era uniforme no território nacional e estava geograficamente concentrada, nomeadamente nas zonas da Grande Lisboa e do Grande Porto.

Esta diversidade de trabalhadores, de proletários, que era uma preocupação para a Igreja Católica (em 1891, Leão XIII publicou a Encíclica *Rerum Novarum*, pedra de toque da doutrina social da Igreja), iniciava um processo de consciencialização e de politização. Na qualidade de sujeito histórico e de ator político, este grupo procurava mudar as regras do jogo. Os grupos sociais excluídos da ordem liberal oligárquica vigente começavam a lutar pelos seus direitos, a contestar o sistema e a pensar em alternativas que lhes chegavam do estrangeiro, nomeadamente da Europa, onde a produção teórica e crítica neste campo era já significativa. Desde a primeira metade do século XIX que pensadores e filósofos se debruçavam sobre a questão social. Mas o olhar sobre as condições de vida e de trabalho do Quarto Estado começara a ser feito também por aqueles que sentiam pertencer a essa mesma condição.

O anarquismo, o socialismo e o sindicalismo revolucionário proporcionavam tanto as bases teóricas, como o caminho prático para as alternativas à sociedade vigente. Esta época, que

adivinhou já sinais da crise emergente, foi, para uma parte da população, uma era de prosperidade e de segurança, mas, para outra, um tempo sombrio.

A imprensa operária e as editoras abriam o caminho à divulgação deste ideário, a par do trabalho em reuniões, associações e comícios. A imprensa operária multiplicou-se consideravelmente, num crescendo que se iniciara nos finais do século XIX, atingindo o auge no período de 1910-1919. Foi um tempo de grande vitalidade, com a criação de muitas dezenas de jornais, sobretudo em Lisboa, mas também no Porto, em Coimbra, Évora e Setúbal. Os trabalhadores organizavam-se em associações de classe ou em cooperativas, reuniam-se, protestavam e exigiam melhores condições de vida e de trabalho.

Ainda que a maior parte dos trabalhadores não conhecesse em profundidade as diferentes teorias, as novas ideias circulavam, assentes, sobretudo, na crença de que era possível uma sociedade melhor. Depois da Revolução Russa de outubro de 1917, a expectativa de um novo mundo tornou-se mais real, e foi um sinal de esperança para muitos, mas de pesadelo para tantos outros.

De entre aqueles que dispunham das ferramentas críticas para pensar a política e a coisa pública, existia uma «aristocracia operária», que partilhou com os republicanos o campo de combate na luta contra a monarquia. Depois do 5 de Outubro de 1910, as relações tornaram-se mais complexas, não convergentes e conflituais.

Em 1910, Portugal era um país de desigualdades, designadamente entre homens e mulheres. Quando foi publicitado um novo espartilho nas páginas da *Ilustração portuguesa*, escreveu-se: «Os tempos passam e o espartilho fica.»⁴

Nestes alvares do século, a luta contra o que condicionava e tolhia as mulheres, na sua pluralidade de circunstâncias, ainda tinha um longo caminho a percorrer. Politicamente, dentro do

O Novo Espartilho

Mais uma vez se modificou o espartilho. A velha armadura de ferro enfeitada com bordados, do tempo de Catharina de Medicis, tem soffrido milhares de transformações, mas não desaparece jámais. A mulher estima-a como a uma arma de elegancia. Os tempos passam e o espartilho fica. Elle foi o supplicio ferreo, depois o collete garrido da epoca da Pompadour, para tomar a elegante fórma do periodo de Maria Antonietta e que tanto aprumo dava ás damas como se vê nos lindos retratos do tempo.

A propria revolução não poude coisa alguma contra elle. Pendurou nos lampiões muitos aristocratas, levou muitas



1—O espartilho visto de costas
2—O espartilho visto de frente
(Glozier Deflus)

formosas mulheres á guilhotina, e ellas, mesmo para a morte, se apertavam no espartilho, que seria ainda moda na badex quasi completa do regabofe do Directorio. Não acaba. Tem soffrido modificações, é certo, mas eternisa-se.

O mais moderno é o que publicamos: E' o espartilho americano. Alongou-se, chega quasi até aos joelhos com as suas rendas, tem uma enorme flexibilidade o seu estôfo elastico não prende os movimentos e dá á mulher a fórma convencional da moda, que nenhuma senhora, por mais elegante que seja, deixará de querer apresentar.

Appareceu, pois, o espartilho americano; comprido, que se vae usar, até que outra moda chegue a anniquilar esta.

Voltar-se-ha ainda para a antiga armadura de ferro, que era um supplicio, tornar-se-ha a usar o lindo collete bordado do seculo galante, ou a faixa do tempo dos romanos?! Não sabemos. Por agora a moda é o exemplar cuja photographia offerecemos ás nossas leitoras.

grupo dos deserdados da cidade política, as mulheres — que representavam, pelo menos, metade da população portuguesa — não tinham nem o direito de voto, nem a possibilidade de participação política, além de várias restrições cívicas impostas pelo Código Civil. Somavam-se obstáculos a diversos níveis, nomeadamente no acesso à educação ou a determinadas ocupações profissionais. As desigualdades de género complexificavam-se quando cruzadas com questões como a condição social ou a etnia, numa sociedade que se caracterizava por uma minoria abastada a par de uma vasta maioria de população com difíceis condições de vida.

Autores como Manuel Villaverde Cabral, Fernando Medeiros, Fernando Rosas ou Nuno Severiano Teixeira consideram que este período pode ser definido pela ideia de crise do sistema liberal. Assim, o século XX português começa com a crise (ou as várias crises sincronicamente coincidentes) do final do século XIX.

CRISE E REGENERAÇÃO

Vento, porque é que nos arrasas
N'um turbilhão?!¹

Guerra Junqueiro escreveu, em 1890, *Finis patriae*, obra poética dedicada «à mocidade das escolas», numa tentativa de, ao diagnosticar os males do seu presente, exortar os mais novos a uma tomada de posição. Imersas na escuridão, as sombras da sociedade falavam: as choupanas de camponeses, as pocilgas de operários, os casebres de pescadores, os hospitais, as escolas em ruínas, as cadeias, os condenados, as fortalezas desmanteladas, os monumentos arrasados e as estátuas de heróis. Trata-se de um retrato sombrio e desolador de uma ideia de crise profunda, que não deixa de estar associada à monarquia.

A conjuntura do período entre os finais do século XIX e o início do século XX era entendida e sentida, por muitos dos que a viveram, como de crise, e esse sentimento era partilhado por uma significativa parte da opinião política e por escritores e pensadores, não sendo, portanto, exclusiva do campo republicano. No entanto, os republicanos souberam diagnosticar a *doença* e propor a *cura* para essa crise. Assim, com base num sentimento comumente partilhado, construíram uma interpretação para essa conjuntura, procurando, paulatinamente, oferecer soluções para a resolução do mais grave e persistente problema que atravessavam.

O movimento republicano apresentou uma leitura política, ideológica e filosófica dos acontecimentos e do devir político, não respondendo apenas a problemas decorrentes da gestão de assuntos correntes. Os republicanos eram intelectuais, na linha de uma tradição iluminista: sabiam ler e interpretar a história, capacidade que acarretava um engajamento com a realidade e uma dialética entre a teoria, a crítica e a prática, o que lhes permitia propor soluções concretas. A sua crítica era mais profunda e, nesse sentido, constituíram-se como uma verdadeira alternativa política, considerando que existia uma ligação privilegiada entre eles e uma opinião pública em processo de constituição e alargamento.

Para os republicanos, a permanente insatisfação, a crise e a decadência foram o *leitmotiv* do discurso político e da construção da narrativa que, a seu tempo, serviriam de justificação para a tomada do poder. Capitalizaram um sentimento difuso e apresentaram uma explicação plausível, com base no positivismo. A crise foi, assim, para os republicanos, um expediente produtivo, na medida em que lutavam contra uma visão do mundo social e político, procurando a melhor forma de a corrigir / reconstruir.

Assim que esta dupla associação ficou concluída — por um lado, o binómio decadência / monarquia e, por outro,

regeneração / república —, tornou-se mais fácil fazer passar a mensagem de forma simples. Através da imagem, nomeadamente pela ilustração ou pela caricatura — essa grande arma do início do século XX —, os republicanos conseguiram fazer uma oposição que foi fundamental para a estruturação da sua narrativa sobre o final do século XIX e início do século XX. Temos, como exemplo, a imagem que apresenta, de um lado, um Portugal velho, de barbas brancas, cansado, alquebrado e doente, aleijado e trôpego, quase cego, a figura de um mendigo; do outro, um jovem pujante e saudável, de frente nobre e erguida, pronto para um recomeço. Sem surpresa, os republicanos eram os *novos*; não no sentido da idade, mas os homens de um mundo novo, associando-se a esperança à juventude. Temos ainda a imagem de uma monarquia velha e da República como uma mulher saudável, bonita e forte, a evocar a *A Liberdade guiando o povo*, da autoria de Eugène Delacroix.

A facilidade com que esta associação entre crise e monarquia foi propagandeada e, até certo ponto, aceite não deve, contudo, confundir-se com o monolitismo de opinião. Os republicanos conseguiram ser a voz preponderante, mas não exclusiva. No entanto, até depois da implantação da República não existiu um pensamento político tão dinâmico e capaz de mobilizar os agentes políticos como o dos republicanos — um grupo político minoritário, mas motivado e confiante. Na limitada arena política, foram os mais combativos, os que trabalhavam com sentido de missão, e os que conseguiram estruturar, com sucesso, uma narrativa consistente e explicativa da ideia de crise e de como a resolver.

NOTA BIOGRÁFICA

MARIA ALICE SAMARA nasceu em Lisboa, em Abril de 1974. Doutorada em História Institucional e Política Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é investigadora do Instituto de História Contemporânea (FCSH/NOVA).

portugal, uma retrospectiva

1910

foi impresso em papel
Coral Book de 80 gramas,
na SIG, Sociedade Indus-
trial Gráfica, no mês de
Junho de 2019.